

Arrecadação Municipal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios Cearenses

Autoria

Clayton Robson Moreira da Silva - claytonrmsilva@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin e Controlad – PPAC/UFC - Universidade Federal do Ceará

Francisco Alex Sousa Oliveira - alexoliveira63@hotmail.com

Secretaria de Finanças/Prefeitura Municipal de Massapê

Victor Daniel Vasconcelos - victordaniel.ufc@gmail.com

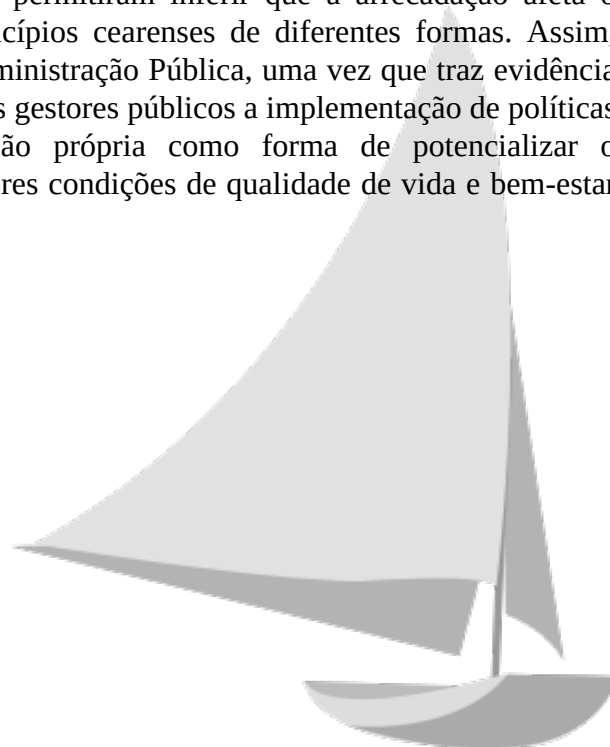
Prog de Pós-Grad em Admin e Controlad – PPAC/UFC - Universidade Federal do Ceará

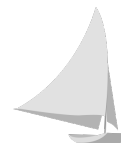
Raimundo Eduardo Silveira Fontenele - eduardo@ufc.br

Prog de Pós-Grad em Admin e Controlad – PPAC/UFC - Universidade Federal do Ceará

Resumo

Este estudo analisou os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, com os 184 municípios cearenses, nos anos de 2005 a 2016. Utilizaram-se análises descritivas, Teste t e estimações de modelos de regressão com dados em painel e pelo método dos mínimos quadrados ordinários. O Teste t revelou que os municípios mais desenvolvidos tendem a apresentar maior arrecadação de IPTU, ITBI, ISSQN e Taxas. Os modelos de regressão permitiram inferir que a arrecadação afeta o desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses de diferentes formas. Assim, esta pesquisa contribui com o campo da Administração Pública, uma vez que traz evidência empírica sobre o tema explorado e sugere aos gestores públicos a implementação de políticas e estratégias para ampliar sua arrecadação própria como forma de potencializar o desenvolvimento, dando aos cidadãos melhores condições de qualidade de vida e bem-estar social.





Arrecadação Municipal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios Cearenses

RESUMO

Este estudo analisou os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, com os 184 municípios cearenses, nos anos de 2005 a 2016. Utilizaram-se análises descritivas, Teste *t* e estimções de modelos de regressão com dados em painel e pelo método dos mínimos quadrados ordinários. O Teste *t* revelou que os municípios mais desenvolvidos tendem a apresentar maior arrecadação de IPTU, ITBI, ISSQN e Taxas. Os modelos de regressão permitiram inferir que a arrecadação afeta o desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses de diferentes formas. Assim, esta pesquisa contribui com o campo da Administração Pública, uma vez que traz evidência empírica sobre o tema explorado e sugere aos gestores públicos a implementação de políticas e estratégias para ampliar sua arrecadação própria como forma de potencializar o desenvolvimento, dando aos cidadãos melhores condições de qualidade de vida e bem-estar social.

Palavras-chave: Arrecadação. Desenvolvimento Socioeconômico. Municípios Cearenses.

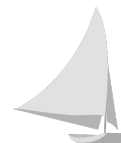
1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 proporcionou mudanças substanciais envolvendo os municípios brasileiros, que foram equiparados aos estados em relação aos deveres políticos e sociais (VIEIRA et al., 2017a). A partir de então, os municípios passaram a fazer parte do chamado pacto federativo e passaram a ter maior autonomia política, financeira e legislativa (MACHADO, 2014; LEROY et al., 2017; MACHADO 2018; SUZART; ZUCCOLOTTO; ROCHA, 2018). Os municípios brasileiros, que antes tinham responsabilidade mais limitada, passaram a assumir cada vez mais obrigações perante à sociedade, principalmente no que tange ao fornecimento de bens e serviços públicos em diferentes áreas, como na saúde e na educação. (LEITE; FONSECA, 2011; VARELA; PACHECO, 2012; MORAIS; OLIVEIRA; ROCHA, 2016).

Dentre essas mudanças, destaca-se a ampliação da autonomia tributária municipal (VIEIRA et al., 2017a). Com a autonomia financeira conferida aos municípios pelo pacto federativo, os municípios tornaram-se mais independentes em relação às suas competências tributárias (LEROY et al., 2017). Dessa forma, com o intuito de desempenhar suas atividades e atender às demandas sociais, os municípios passaram a se empenhar na obtenção de receitas próprias por meio da arrecadação de tributos (MASSARDI; ABRANTES, 2015).

Dessa forma, a arrecadação municipal se apresenta como um fator relevante para a promoção do bem-estar social, uma vez que os recursos obtidos por meio da tributação podem ser aplicados na obtenção de bens e serviços público, visando atender às demandas sociais (LAZARIN; MELLO; BEZERRA, 2014; LEROY et al., 2017; LEITE FILHO et al., 2015). Alinhado a isto, argumenta-se que a arrecadação de tributos pode ser um meio fundamental para o financiamento de políticas públicas, refletindo no desenvolvimento socioeconômico de determinada região (FERNANDES; BRUNOZI JÚNIOR; LEROY, 2018).

Com base no que foi exposto, considerando que a capacidade de arrecadação dos municípios ampliam suas possibilidades de investimentos no setor público, proporcionando maiores aplicações em políticas públicas e na oferta de bens e serviços públicos, resultando em maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico, delineou-se o seguinte questionamento que norteou esta pesquisa: qual o efeito da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses? A fim de responder a esta questão de pesquisa, este estudo objetivou analisar os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses.



Dessa forma, o estudo se justifica pela importância de se identificar os efeitos que a arrecadação municipal pode causar no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Ainda, é relevante estudar estes fenômenos junto aos municípios cearenses, uma vez que a maioria deles apresenta baixa capacidade de arrecadação (FONTINELE; TABOSA; SIMONASSI, 2014). Além disso, estes achados podem servir de arcabouço para o delineamento de políticas públicas municipais, conduzindo os gestores públicos na formulação de estratégias para aumentar seu desempenho fiscal, com foco na arrecadação para a oferta de bens e serviços públicos que possam ampliar a qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico nos municípios cearenses.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESE

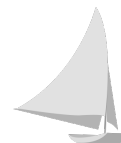
A federação é constituída por uma série de territórios que, juntos, formam um único estado nacional, que é dirigido por um governo central, porém, cada estado ou território possui autonomia para tomar decisões e exercer a governança local (GALVARRO et al., 2009; LEITE; FONSECA, 2011; VIEIRA et al., 2017a; SUZART; ZUCCOLOTTO; ROCHA, 2018). Para a área da economia e gestão do setor público, o federalismo estuda a divisão fiscal e de competências dos diversos entes federativos, tendo como finalidade promover a adequada alocação e arrecadação de recursos, objetivando alavancar a oferta de bens e serviços públicos à sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010; MASSARDI; ABRANTES, 2014).

Dessa forma, um dos focos do federalismo fiscal está na organização dos entes federados, com a finalidade de ampliar a arrecadação de recursos, focando em atender demandas sociais (VIEIRA et al., 2017a). Ressalta-se que esta não é a única característica do federalismo fiscal (LEROY et al., 2017). O processo de descentralização proporcionado pelo federalismo acarretou, dentre outras coisas, uma maior distribuição de recursos entre os entes federados, e garantiu aos municípios autonomia na arrecadação de recursos por meio da tributação (COSTA et al., 2011; LAZARIN; MELLO; BEZERRA, 2014; VIEIRA et al., 2017a).

Embora exista a possibilidade de arrecadação própria, muitos municípios acabam por não desempenhar grandes esforços fiscais, uma vez que o federalismo fiscal garante repasses governamentais para aqueles municípios em situações de baixa capacidade arrecadatória (COSTA et al., 2011). Contudo, vale ressaltar que, muitas vezes, esse baixo desempenho na arrecadação não se trata de uma escolha da gestão pública local, mas advém de uma situação econômica desfavorável que implica baixa capacidade de arrecadação, como é o caso da maioria dos municípios cearenses (FONTINELE; TABOSA; SIMONASSI, 2014).

Dessa maneira, compreende-se que a arrecadação municipal é alternativa para os municípios obtenham receitas além dos repasses governamentais, com o intuito de custear políticas públicas e ofertar bens e serviços à sociedade, ampliando a qualidade de vida e, consequentemente, o desenvolvimento socioeconômico (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; LAZARIN; MELLO; BEZERRA, 2014; LEITE FILHO et al., 2015; LEROY et al., 2017). Assim, compreende-se que a arrecadação de tributos por parte dos municípios pode ser uma aliada para a promoção do bem-estar social.

Destaca-se que as principais fontes de receitas municipais estão vinculadas à arrecadação de tributos de base local, tais como: o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); o Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter vivos (ITBI); as Taxas; e Contribuição de Melhoria. Além desses tributos, destaca-se que os municípios contam com os recursos oriundos de transferências intergovernamentais, com a finalidade de complementar o orçamento público municipal (VIEIRA et al., 2017b). Assim, compreende-se que os governos municipais possuem autonomia de recolher esses tributos, bem como são incumbidos de aplicá-los de forma adequada (FÉ; ALCANTARA, 2013), promovendo políticas públicas e com foco do bem-estar coletivo (FERNANDES; BRUNOZI JÚNIOR; LEROY, 2018).



De acordo com o que foi apresentado, argumenta-se que a capacidade de arrecadação dos municípios pode potencializar o volume de investimentos realizados pelos governos locais, ampliando a efetivação de políticas públicas e, consequentemente, gerando maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico. Assim, delineou-se a seguinte hipótese.

Hipótese: *A arrecadação municipal afeta positivamente o desenvolvimento socioeconômico.*

3 METODOLOGIA

3.1 Coleta de Dados e Amostra

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental (COLLIS; HUSSEY, 2005; GIL, 2017), em que foram consultadas bases de órgãos governamentais e não governamentais, a fim de que fossem extraídas informações necessárias para a elaboração de uma base de dados. Os dados referentes ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foram coletados a partir do *website* da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), enquanto os dados referentes à Arrecadação Municipal foram obtidos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e do Finanças Brasil (FINBRA). A amostra desta pesquisa é composta pelos 184 municípios cearenses, em um estudo longitudinal, no qual foram analisados os anos de 2005 a 2016, haja vista a disponibilidade de dados. Ao todo a amostra contempla 2.175 observações, uma vez que 33 observações foram excluídas por não apresentarem alguns dados necessários para as análises.

3.2 Variáveis

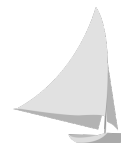
Considerando o objetivo desta pesquisa, que foi analisar os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses, faz-se necessário operacionalizar variáveis que possam medir os dois construtos estudados, a saber: (i) arrecadação municipal; e (ii) desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento socioeconômico foi medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O IFDM é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Educação, Saúde e Emprego & renda (IFDM, 2018). Este indicador foi criado em 2008 e é calculado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O IFDM varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

A Arrecadação Municipal foi medida pelo valor arrecadado em impostos municipais (IPTU, ITBI e ISSQN), taxas e contribuições de melhoria pelos municípios cearenses. Foram considerados os valores *per capita* da arrecadação, ou seja, o montante arrecadado pelos municípios foi relativizado em função da população de cada município.

3.3 Procedimentos Estatísticos

Foram realizados procedimentos de análise descritiva e inferencial. Primeiramente, recorreu-se à análise descritiva a fim de que as variáveis fossem apresentadas de forma geral, sendo possível identificar algumas características delas, tais como: valores mínimos e máximos, média, desvio padrão e coeficiente de variação. Posteriormente, foram realizados testes de diferença de médias, a fim de se comparar as médias das variáveis de arrecadação entre os grupos dos municípios mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. Para tanto, utilizou-se Teste *t*. Ressalta-se que o grupo dos mais desenvolvidos é composto pelos municípios com desenvolvimento moderado ou alto, ou seja, com média do IFDM_{Geral} igual ou superior a 0,6;



enquanto o grupo dos menos desenvolvidos é composto pelos municípios com desenvolvimento regular ou baixo, ou seja, com média do $IFDM_{Geral}$ inferior a 0,6.

Além do Teste t , realizou-se análise por meio de regressão linear múltipla, a fim de verificar se a arrecadação municipal exerce influência sobre o desenvolvimento socioeconômico. A equação a seguir expressa o modelo de regressão utilizado nesta pesquisa. O modelo foi estimado por regressões com dados em painel e pelo método de mínimos quadrados ordinários.

$$IFDM_{Geral} = \beta_0 + \beta_1 IPTU + \beta_2 ITBI + \beta_3 ISSQN + \beta_4 TX + \beta_5 CM + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

$IFDM_G$ = Variável entre 0 e 1 que mede o desenvolvimento socioeconômico de forma geral;

$IPTU$ = Valor arrecadado em IPTU *per capita*;

$ITBI$ = Valor arrecadado em ITBI *per capita*;

$ISSQN$ = Valor arrecadado em ISSQN *per capita*;

TX = Valor arrecadado em Taxas *per capita*;

CM = Valor arrecadado em Contribuições de Melhoria *per capita*;

Com o intuito de identificar o estimador mais adequado para as regressões com dados em painel, utilizou-se o Teste de Hausman para comparar os estimadores de efeitos aleatórios e efeitos fixos, em que rejeitou-se a hipótese nula de efeitos aleatórios, indicando melhor adequação do estimador de efeitos fixos. Além das estimações realizadas com a amostra global (2.175 observações), foram realizadas estimações a amostra global dividida em dois grupos, considerando o desenvolvimento dos municípios: (i) o grupo dos mais desenvolvidos (1.260 observações); e (ii) o grupo dos menos desenvolvidos (915 observações). As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do Microsoft Excel e do *software* estatístico STATA – *Data Analysis and Statistical Software*, versão 14.0.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva das Variáveis

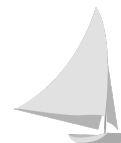
Primeiramente, realizou-se uma análise descritiva das variáveis utilizadas nesta pesquisa. A Tabela 1 evidencia os valores mínimos, máximos, a média, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis utilizadas para medir o desenvolvimento socioeconômico ($IFDM_{Geral}$, $IFDM_{Edu}$, $IFDM_{Saú}$ e $IFDM_{E\&R}$) e a arrecadação municipal (IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contribuição de Melhoria).

Tabela 1 – Análise descritiva

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Mínimo	Máximo
$IFDM_{Geral}$	2205	0,6074	0,0834	0,1374	0,3251	0,8961
$IFDM_{Edu}$	2206	0,6713	0,0995	0,1482	0,3398	0,9549
$IFDM_{Saú}$	2208	0,6887	0,1390	0,2018	0,1536	1,0000
$IFDM_{E\&R}$	2207	0,4621	0,1126	0,2436	0,1781	0,9347
IPTU	2178	3,75	25,23	6,7336	0,00	1.025,58
ITBI	2178	3,65	19,90	5,4505	0,00	725,11
ISSQN	2178	45,96	603,32	13,1275	0,00	27.561,08
Taxas	2178	2,99	15,73	5,2570	0,00	581,34
Contrib. de Melhoria	2178	0,29	2,55	8,7544	0,00	46,46

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Considerando os valores das médias das variáveis relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, observa-se que as dimensões que apresentaram maior valor médio foram as



relacionadas à saúde (IFDM_{Saú}) e educação (IFDM_{Edu}), com médias iguais a 0,6887 e 0,6713, respectivamente. Esses valores revelam que, em média, o desenvolvimento socioeconômico da saúde e da educação nos municípios cearenses é considerado moderado. Uma possível explicação para esses altos indicadores é o grande volume de repasses governamentais para essas funções, oriundos do Sistema Única de Saúde (SUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o que possibilita um maior investimento para a ampliação das políticas públicas municipais nessas áreas, resultando em um maior desenvolvimento destas dimensões. Ressalta-se que estas são áreas prioritárias da gestão pública, de acordo com a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

Em relação à dimensão emprego e renda (IFDM_{E&R}), observou-se média considerada regular (0,4621). Esta dimensão apresentou a menor média e destoa em relação às demais (saúde e educação). Esse resultado se deve provavelmente ao fato de os municípios cearenses apresentarem dificuldades na promoção de políticas que fomentem o emprego e a renda da população (SILVA; CRISÓSTOMO, 2018), resultando em baixo desenvolvimento desta dimensão. Ao se observar o valor da média para a variável do desenvolvimento socioeconômico geral (IFDM_G), denota-se que, de modo geral, o desenvolvimento dos municípios cearenses é, em média, moderado (0,6074).

Em relação às variáveis relacionadas à arrecadação, os valores mínimos revelam que pelo menos um dos municípios cearenses deixou de arrecadar valores de pelo menos um dos tributos. Além disso, os valores referentes aos coeficientes de variação revelaram haver alta dispersão dos dados, classificando-se como dados heterogêneos. Ainda, a análise revelou que, em média, o tributo com maior nível de arrecadação é o ISSQN, seguido dos tributos IPTU, ITBI, Taxas e Contribuição de Melhoria, respectivamente.

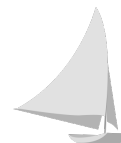
4.2 Teste de Diferença entre Médias (Teste *t*)

Conforme apresentado na seção de metodologia, os municípios foram divididos em dois grupos de acordo com IFDM Geral, o grupo dos municípios mais desenvolvidos e o grupo dos municípios menos desenvolvidos. O grupo dos mais desenvolvidos é composto pelos municípios que considerados com desenvolvimento alto ($IFDM > 0,8$) e moderado ($0,8 > IFDM > 0,6$), enquanto o grupo dos menos desenvolvidos é composto pelos municípios do desenvolvimento regular ($0,6 > IFDM > 0,4$) e baixo ($IFDM < 0,4$). Após esse procedimento, realizaram-se testes de normalidade a fim de se identificar quais procedimentos estatísticos seriam mais apropriados para esta amostra, o teste de normalidade indicou distribuição não normal dos dados. A partir disso, utilizou-se o Teste *t* para comparar as médias de arrecadação municipal entre os dois grupos de municípios (mais desenvolvidos e menos desenvolvidos), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Teste de Diferença entre Médias (Teste *t*)

Arrecadação	Grupos de Municípios	N	Média (R\$)	<i>t</i>	Valor-p
IPTU	Menos Desenvolvidos	915	0,90	-5,280	0,000
	Mais Desenvolvidos	1260	5,82		
ITBI	Menos Desenvolvidos	915	0,75	-6,849	0,000
	Mais Desenvolvidos	1260	5,77		
ISSQN	Menos Desenvolvidos	915	14,26	-2,451	0,014
	Mais Desenvolvidos	1260	68,99		
Taxas	Menos Desenvolvidos	915	1,47	-4,127	0,000
	Mais Desenvolvidos	1260	4,11		
Contribuição de Melhoria	Menos Desenvolvidos	915	0,25	-0,593	0,553
	Mais Desenvolvidos	1260	0,31		

Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Os resultados da Tabela 2 indicam que, de fato, os municípios que pertencem ao grupo dos mais desenvolvidos tendem a apresentar maior média de arrecadação de IPTU (R\$5,82) que os municípios do grupo dos menos desenvolvidos (R\$0,90), com nível de significância inferior a 1% (valor-p = 0,000). O mesmo comportamento foi observado para a arrecadação de ITBI, em que se verificou média superior nos municípios mais desenvolvidos (R\$5,77) que nos menos desenvolvidos (R\$0,75), com nível de significância inferior a 1% (valor-p = 0,000). Em consonância com esses achados, verificou-se maior média de arrecadação de ISSQN nos municípios mais desenvolvidos (R\$68,99) que nos menos desenvolvidos (R\$14,26), com nível de significância inferior a 5% (valor-p = 0,014). Ainda, verificou-se que os municípios mais desenvolvidos apresentaram média superior na arrecadação de Taxas (R\$4,11) que os municípios menos desenvolvidos (R\$1,47), com nível de significância inferior a 1% (valor-p = 0,000). Em relação à arrecadação de Contribuições de Melhoria, não foi possível rejeitar a hipótese nula de igualdade entre as médias dos dois grupos, uma vez que o nível de significância não foi satisfatório (valor-p > 0,05).

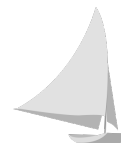
4.2 Modelos Econométricos

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos por meio das estimações dos modelos de regressões. O Painel A apresenta as estimações referentes às regressões com dados em painel e o Painel B apresenta as estimações pelo método de mínimos quadrados ordinários. Em todas as estimações a variável dependente foi o IFDM Geral e as variáveis independentes foram o IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contribuições de Melhoria. A primeira coluna evidencia os resultados obtidos pelas estimações a partir da amostra global (2.175 observações), a segunda coluna traz as estimações com a amostra dos municípios com desenvolvimento socioeconômico alto e moderado (1.260 observações) e a terceira coluna apresenta as estimações com a amostra dos municípios com desenvolvimento socioeconômico regular e baixo (915 observações).

Tabela 3 – Estimações dos Modelos de Regressão

Painel A - Variável Dependente = IFDM; Método: Dados em Painel; Efeitos Fixos			
	Amostra Global	Mais Desenvolvidos	Menos Desenvolvidos
IPTU	-0,0004117 **	-0,0002327 **	0,0083692 ***
ITBI	0,0008276 ***	0,0004517 ***	0,0020872
ISSQN	0,0000025	0,0000003	0,0011014 ***
Taxas	0,0002907 ***	0,0001790 ***	0,0000441
Contrib. de Melhoria	0,0007227	-0,0003485	0,0015758 *
Constante	0,6057086 ***	0,6615315 ***	0,5072933 ***
N. Observações	2.175	1.260	915
N. Municípios	184	182	171
F	7,18	6,72	25,00
Prob > F	0,0000	0,0000	0,0000
Painel B - Variável Dependente = IFDM; Método: Mínimos Quadrados Ordinários			
	Amostra Global	Mais Desenvolvidos	Menos Desenvolvidos
IPTU	-0,0005802 ***	-0,0002455 **	0,0031742 **
ITBI	0,0015263 ***	0,0007744 ***	0,0017118
ISSQN	0,0000055 *	0,0000012	0,0006571 ***
Taxas	0,0004750 ***	0,0002732 ***	0,0001856
Contrib. de Melhoria	-0,0000038	-0,0005085	0,0003981
Constante	0,6033044 ***	0,6593485 ***	0,5186903 ***
N. Observações	2.175	1.260	915
R ²	0,0662	0,0948	0,0682
F	30,74	26,26	13,30
Prob > F	0,0000	0,0000	0,0000
VIF	3,38	3,41	1,32

Notas: Valores do *Variance Inflation Factor* (VIF) de todas as variáveis independentes entre 1 e 10, denotando ausência de multicolinearidade. ***, ** e * referem-se a significância a nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam que, na amostra global, as variáveis ITBI, ISSQN e Taxas afetam positivamente o desenvolvimento socioeconômico municipal, ao passo que a variável referente à arrecadação do IPTU apresentou efeito negativo sobre o desenvolvimento. Ainda, destaca-se que a arrecadação de Contribuições de Melhoria não exerce qualquer efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Alinhado a isto, as estimações com a amostra dos municípios mais desenvolvidos revelaram que a arrecadação de ITBI e de Taxas potencializa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios com maior índice de desenvolvimento, enquanto a arrecadação de IPTU inibe o desenvolvimento desse mesmo grupo de municípios. Além disso, denota-se que a arrecadação de IPTU e ISSQN não exerce qualquer influência sobre o desenvolvimento desse grupo de municípios, assim como não exerceu na amostra global.

Ao analisar a amostra dos municípios com menores índices de desenvolvimento, verificou-se que a arrecadação de IPTU, ISSQN e Contribuições de Melhoria afetam positivamente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios menos desenvolvidos. Ainda, verificou-se que a arrecadação de ITBI e Taxas não exerce qualquer efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios desse grupo. Ressalte-se que diferentemente dos resultados obtidos nas outras duas amostras, nenhuma das variáveis de arrecadação afeta negativamente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios menos desenvolvidos. Assim, a arrecadação apresentou-se como um fator unicamente potencializador do desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses que ainda se apresentam numa linha de desenvolvimento inferior.

4.5 Discussão dos Resultados

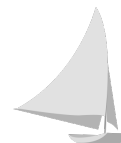
Em linhas gerais, os resultados da pesquisa sugerem haver relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a arrecadação municipal. Porém, não foi possível verificar qualquer relação entre o desenvolvimento socioeconômico a arrecadação de contribuições de melhorias.

Alinhado a estes achados, o estudo de Vieira et al. (2017a) verificou que existe relação entre alto esforço fiscal e alto desenvolvimento, no qual um é influenciado pelo outro. Os autores discutem que os municípios que apresentaram maior arrecadação de tributos mostraram-se mais desenvolvidos nas áreas de educação e saúde e emprego e renda. Dessa forma, compreende-se que os achados de Vieira et al. (2017a) estão alinhados aos obtidos nesta pesquisa.

Ainda, com base no estudo de Fernandes, Brunozi Júnior e Leroy (2018), constata-se que municípios com alta arrecadação podem ter relação positiva com melhores indicadores de desenvolvimento econômico e social. Além disso, os autores verificaram que os municípios com maior arrecadação possuem maior influência no desenvolvimento que os municípios com arrecadação média e baixa. Assim, os achados de Fernandes, Brunozi Jr. e Leroy (2018) corroboram o que foi verificado nesta pesquisa.

Também nessa esteira, Massardi e Abrantes (2015) verificaram relação positiva entre o esforço fiscal dos municípios mineiros e seu nível de desenvolvimento socioeconômico. Assim, percebe-se também alinhamento com o que foi verificado nesta pesquisa. Corroborando estes achados, Leroy et al. (2017) constataram que os municípios com maior arrecadação tendem a apresentar maior desenvolvimento municipal.

Assim, é possível afirmar que, em linhas gerais, uma maior arrecadação tende a refletir em um maior desenvolvimento socioeconômico municipal. Um ponto que chama atenção neste estudo é o fato de o tributo IPTU apresentar efeito negativo sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses nas estimações das duas primeiras amostras, levantando questionamento e abrindo espaço para a discussão acadêmica.



Apesar dessa relação inversa, considerando os achados como um todo, considera-se os resultados desta pesquisa consistentes com aquilo que tem sido evidenciado na literatura sobre o assunto. Além disso, chama atenção aos gestores públicos para o melhor delineamento de políticas de arrecadação, com foco na ampliação desse montante, uma vez que isso pode, em potencial, ser convertido em maior desenvolvimento socioeconômico, ou seja, ampliar a qualidade de vida da sociedade.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, em que foram analisados os 184 municípios cearenses, nos anos de 2005 a 2016. Os resultados sugerem que, em linhas gerais, há relação entre o desenvolvimento socioeconômico e a arrecadação nos municípios cearenses.

De forma global, levanta-se uma discussão relevante para setor público, que é a relação entre a arrecadação e o desenvolvimento socioeconômico. Os cidadãos contribuem por meio do pagamento de tributos e esperam que estes tributos sejam convertidos em bens e serviços públicos que lhes proporcionem melhoria em seu dia a dia. Assim, este estudo reforça esta ideia de relação entre esses dois construtos e sinaliza aos gestores públicos sobre a importância de delinear políticas e estratégias que possibilitem ampliar sua arrecadação, aumentando também seu potencial de proporcionar maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Destaca-se que os municípios cearenses encaram uma série de dificuldades em sua arrecadação própria, dependendo quase que totalmente de repasses governamentais para a composição das suas receitas. Além disso, destaca-se os contextos de desigualdade e pobreza vivenciados pela maioria dos municípios cearenses, atrelados ao baixo desenvolvimento industrial e os altos índices de desemprego, tudo isso reflete na baixa capacidade de arrecadação municipal.

Este estudo apresentou como limitação o fato de terem sido analisados os municípios de um único estado brasileiro, não podendo ser generalizados a todos os municípios brasileiros. Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra e uma análise em séries temporais. Dessa forma, seria possível realizar comparações entre municípios de diferentes estados brasileiros, assim como aumentaria a possibilidade de generalizações, a partir dos achados da pesquisa.

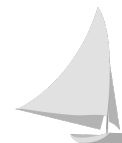
REFERÊNCIAS

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; CAPOBIANGO, R. P. Fatores Associados às Transferências Voluntárias da União para os Estados Brasileiros. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

FERNANDES, C. M.; BRUZONI JÚNIOR, A. C.; LEROY, R. S. D. Desempenho tributário e desenvolvimento econômico e social em municípios mineiros. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 13, n. 1, p. 74-93, 2018.

FOTINELE, N. F.; TABOSA, F. J. S.; SIMONASSI, A. G. Municípios cearenses: uma análise da capacidade de utilização dos recursos oriundos dos repasses constitucionais. **Revista Ciências Administrativas**, v. 2, n. 2, p. 724-746, 2014.



GALVARRO, M. D. P. S. Q. S.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, S. Disparidades regionais na capacidade de arrecadação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Administração**, v. 8, n. 1, p. 17-48, 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. São Paulo: Campus, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. Relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 721-738, 2014.

LEITE FILHO, G. A.; SANTIAGO, W. P.; OTONI, B. S.; VELOSO, J. T. R.; FERREIRA, K. R. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos indicadores de desenvolvimento e de responsabilidade social dos municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 2, p. 14-25, 2015.

LEITE, C. K. S.; FONSECA, F. Federalismo e políticas sociais no Brasil: impasses da descentralização pós -1988. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 56, p. 99-117, 2011.

LEROY, R. S. D.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; FERREIRA, M. A. M.; VIEIRA, M. A. Estrutura Arrecadatória e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

MACHADO, J. A. Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da Teoria da Agência. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 1, p. 57-84, 2018.

MACHADO, J. A. Federalismo, poder de veto e coordenação de políticas sociais no Brasil pós-1988. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 69, p. 335-350, 2014.

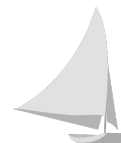
MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Classificação dos municípios mineiros em relação à composição de suas receitas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 144-161, 2014.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, N. R.; OLIVEIRA, F. P. S.; ROCHA, L. A. Desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte: a contribuição da receita pública municipal. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 54-67, 2016.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico nos municípios cearenses. In: ENCONTRO DA ANPAD, 42, 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2018.



SUZART, J. A. S.; ZUCCOLOTTO, R.; ROCHA, D. G. Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 11, n. 1, p. 127-145, 2018.

VARELA, P. S.; PACHECO, R. S. V. M. Federalismo e gastos em saúde: competição e cooperação nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 23, n. 59, p. 116-127, 2012.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; SILVA, T. A.; FERREIRA, M. A. M. Condicionantes da arrecadação tributária: uma análise para os municípios de minas gerais. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 36, n. 2, p. 147-162, 2017b.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; LOPES, J. V. S. Implicações do Esforço de Arrecadação no Desempenho Socioeconômico dos Municípios de Minas Gerais. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 99, p. 21-38, 2017a.